

WASHINGTON, 4 (U.P.) — A emissora de Rádio informa que, segundo notícias procedentes de Genebra, Duran envia longas mensagens para Washington, no qual traita de questões todas a sua atitude desde a assinatura do armistício até o presente momento.

A União

PATRIMONIO DO ESTADO

ED. 4 (A.M.) — O presidente da República baixou um decreto dispensando o sr. Mário Costa Branco e nomeando o coronel Antônio de Oliveira Barreto para o cargo de chefe da Divisão Consular do Departamento Diplomático Consular da Namíbia.

ANO L

José Pessôa — Paraíba — Brasil — Sábado, 5 de dezembro de 1942

Nº CÍMERO 28

Os russos irromperam nas linhas de defesa de Rzhev

Gigantesca batalha de "tanks" na Tunísia

Prossegue

INTENSAS OPERAÇÕES AÉREAS

Na região entre Tebourda e Djededa os aliados e eixistas procuraram decidir a sorte da luta — Dispersados 50 paraquedistas alemães — Nenhuma notícia oficial sobre a penetração de forças anglo-“yankee” em Costa do Mar

ARGEL

LONDRES, 4 (U.P.) — As forças blindadas e mecanizadas aliadas vencemaram uma violenta batalha entre Tunis e Béjaia. Durante 48 horas ininterruptas os “tanks” anglo-norte-americanos e franceses avançaram suas forças procurando decidir a sorte da luta. Todas a zona de batalha entre Tebourda e Djededa ficou coberta de centenas de “tanks” aliados.

Os resultados relatam que as perdas foram grandes para ambos os lados e que as forças blindadas aliadas desfazem o campo de batalha com mais destruição. Ainda assim, por isso mesmo veio a qualquer momento venha a travar-se outra gigantesca batalha de “tanks”, uma vez que tanto os aliados quanto os alemães estavam interessados em decidir de uma vez toda a sorte da luta pela posse de Tunís e Béjaia.

Informações oficiais confirmam, por outro lado, que os aliados não possuem a superioridade aérea na zona de batalha da Tunísia. Essa luta teve iniciado na contra-ataque aliado que obteve vitória sobre as vias de comunicações existentes entre Tunís e Béjaia. Salienta-se, entretanto, que dezenas de alas voaram para o céu e desapareceram porque estão cingindo constantemente grandes reforços aéreos para as forças comandadas pelo general Anderson chefe do 1º Exército Britânico.

BIZERTA, TUNIS E TRÍPOLI CAIRO, 4 (U.P.) — Grandes formações de bombardeiros e caças aliados deslocaram-se recentemente contra bases aéreas da costa da Tunísia e da Tripolitânia. Bizerta, Tunís e Trípoli sofreram um rude ataque nesses últimos dias, ao mesmo tempo que o forte berço aéreo de Heraklion, na ilha de Creta.

INTENSAS OPERAÇÕES AÉREAS

LONDRES, 4 (U.P.) — Intensas operações que bombardeiros e caças de grande autonomia de voo, da RAF realizaram intensas operações criativas sobre a extensão do território tunisino e o porto de Tripoli, Creta, Tunís e Bizerte e Tunís foram bombardeadas violentamente na noite de 2 para 3 do corrente sentido ao direito direcionado ao sul, norte, leste e sudeste.

SUCESSO DE ULTRAS

ANCONA, 4 (U.P.) — Os “Exchange Telegraph” de Ancona informa que notícias procedentes de Sofia dão conta de que refugiados búlgaros que haviam fugido para o sul, foram bombardeados de suas residências de residência chegam à terra firme bulgara. Os refugiados conseguiram abrigar passageiros pilotos aéreos deslizadores de alta tensão que eram usados para se fixar e eliminaram todos os aeroportos italianos e portos de desembarque em grupos e apesar de serem no centro da cidade de Ancona, conseguiram sair de lá e chegar a África.

MUSOLINI PODE DE ULTRAS NO ESTOMAGO

ANCONA, 4 (U.P.) — Os “Exchange Telegraph” de Ancona apontam que o “extra” revela que o ultimato Mussolini vem possuindo muito de alarme no estômago. Acredita-se que é resultado de seu desespero. Mussolini tem sido dividido em pronunciado o seu discurso anual sobre a situação do Canadá dos Países Baixos.

REAÇÃO NA ALBANIA CONTRA OS TOTALITÁRIOS

LONDRES, 4 (U.P.) — Acrecenta-se em todos os países europeus a agitação contra os



A CONFERÊNCIA DOS INTERVENTORES — O clichê acima é um clássico apagado durante a Conferência dos Interventores, reunida recentemente no Rio, e cuja finalidade teve ampla divulgação pela imprensa do país. Estiveram presentes todos os chefes de governo dos Estados. A reportagem fotográfica do Imprensa carioca teve oportunidade de fixar então, essa expressiva detalhe, no momento em que o interventor Ruy Carneiro palestrava com o Chefe da Nação, quando este reuniu no Palácio do Catete os interventores e governadores dos Estados.

Libertação da Itália do nazismo

Vários generais pediram ao Rei a terminação da guerra

CONSTRUÇÃO DE SUPER- AVIÕES TRANSATLÂNTICOS

Mussolini não possui conhecimentos sobre a ciência militar — Manifestações anti-totalitárias na Albânia — Aumentam as dificuldades para os alemães nos países ocupados

LONDRES, 4 (U.P.) — Vários senadores, almirantes e generais italianos ao Congresso do Rio, deram 500 pesos para ajudar diversas localidades da Albânia. Os preços foram aplicados de fazer campanha a favor das liberdades e liberdade de expressão, potestes do “vivo”. ESTIVERAM DE POSSE DR. TIRANA.

LONDRES, 4 (U.P.) — De acordo com um despacho do correspondente do Daily Herald de Londres, os generais britânicos na Itália, que recentemente na capital cidade revelaram que 500 patrões especialmente escolhidos, mantiveram a cidade de Tirana em seu poder por 40 dias, quando os alemães desapareceram.

O secretário de MACHINERIES NORTH-AMERICANAS

FUNERAL Ulisse da Madalena, 4 (U.P.) — Um navio britânico transportava milhares de corpos de soldados americanos que haviam morrido na batalha de Sicília.

O tenente-general Arnold afirmou que em cerca de um ano as forças aéreas do exército duplicaram o seu peso — que a construção de aviões gigantes é o resultado de suas realizações.

VITÓRIA EM 1943?

NEW YORK, 4 (U.P.) — O “American Magazine” publicou ontem o artigo “Vitória em 1943” escrito pelo secretário da Marinha, Ernesto Kress, mentre-general Arnold, chefe da aviação militar dos Estados Unidos e contra-almirante da Marinha, que dirigiu a Comissão da Marinha. Mencionou a de milhares outras personalidades.

O coronel Kress que o golpe americano contra Hitler não deve ser considerado como qualquer outro e aprovado.

Vitóriosa sempre com esse esforço resolutivo a que nosso pa-

aofensiva soviética

Tremendos golpes são infligidos aos alemães numa frente de 1.200 km. — Tenaz resistência

VELIKI LUKI

MOSCOW, 4 (U.P.) — As forças do general Zhukov vencemaram através de novas batalhas de defensas alemãs na região de Veliki Luki, importante setor ferroviário. Encravado no combate, que tornou extremamente violentos, os russos arrebataram mais de mil reféns alemanes, seis deles mortos. Mais tarde, no sul, no Lago Dzerny, próximo da fronteira da Letônia, os alemães passaram a contratar com maior intensidade os subversivos partidários do socialismo comunistas. Os russos, contudo, conseguiram vencer os ataques inimigos tendo os russos sofrido pesadas perdas.

No fronte de Stalingrado os russos vencemaram novas batalhas sobre as desfiladas trincheiras. As cidades da capital do Volga e os combatentes soviéticos ocuparam mais de mil fortalezas e fortificações. Mais de 100.000 soldados aliados foram feitos prisioneiros. No sul, os russos vencemaram Blagoveshchensk. Outras informações acrescentam que nos subversivos de sul e noroeste da Sibéria, os russos vencemaram diversos edifícios estruturados e aleijaram para

PROSSEGUE A OFENSIVA MOSCOW, 4 (U.P.) — As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. Em todo o extenso de uma frente de 1.200 kms, encerraram-se os combates militares de grande escala. No sul, os russos vencemaram ainda os exércitos de Stalingrad e em Tikhoretsk os russos penetraram na retaguarda das linhas inimigas e os combates continuaram no oeste de Rostov. A legião de artilharia russa de arremessada russa não perdeu de lado pelos russos. Nessas batalhas perderam os alemães mais de 100 mil homens, os russos mais de 50 mil.

PROSSEGUE A OFENSIVA

MOSCOW, 4 (U.P.) — As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. As autoridades russas, que já venceu 100.000 soldados aliados, continuam a lutar. Mais de 100 mil homens, os russos vencemaram ainda os exércitos de Stalingrad e no grande confronto do Dno.

FRONTE DE 1.200 KMS

MOSCOW, 4 (U.P.) — As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. A ofensiva russa, que já venceu 100 mil homens, os russos vencemaram ainda os exércitos de Stalingrad e no grande confronto do Dno.

Despachos hoje recebidos da Europa indicam que tropas russas também mantiveram a sua ofensiva no setor de Rostov, onde os russos têm desempenhado numerosos combates.

As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. Nessas operações os russos vencemaram numerosas guarnições de alemães e gravaram numerosos combates de grande escala. Os russos vencemaram numerosas guarnições de alemães e gravaram numerosos combates de grande escala.

As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. Nessas operações os russos vencemaram numerosas guarnições de alemães e gravaram numerosos combates de grande escala.

As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. A ofensiva russa, que já venceu 100 mil homens, os russos vencemaram ainda os exércitos de Stalingrad e no grande confronto do Dno.

As autoridades russas garantem que massas progressistas em suas fronteiras permanecem em sua ofensiva. A ofensiva russa, que já venceu 100 mil homens, os russos vencemaram ainda os exércitos de Stalingrad e no grande confronto do Dno.

(Continua na 2.ª pag.)

ANTE-PROJETO DA LEI DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DA PARAÍBA

Continuação:

CAPITULO VII

Juizes de Direito

Art. 101 — Os Juizes de Direito serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, mediante concerto de provas e títulos, ressalvado para uma eventual indicação pelo Tribunal de Apelação, quando o candidato não se enquadre nos critérios que lhe rem habilitações. Somente serão admitidos a concerto os graduados em Direito que preencham as seguintes requisitos:

a) Ser brasileiro nato e com idade igual ou maior que trinta e seis anos;

b) Ter mais de 25 anos e menor de 50 anos de idade, salvo os membros do Ministério Público e os que fazem exercício do cargo de Juizes municipais no Estado, por exercício não inferior a 8 anos, para os quais o limite máximo da idade será de 52 anos;

c) Ter a necessária moralidade, mediante atestado de Júices de Direito, com os quais serviram sobre os mesmos Estados e fólios corrigida, salvo os membros do Ministério Público;

d) Estar inscrito na "Ordem dos Advogados do Brasil", sendo preferível o que exerceu cargo de Ministro, Juiz Federal, Juiz Juizado Especial ou cargo equivalente;

e) Exame de saúde para verificar se o candidato é apto ao trabalho;

f) Exame de saúde para verificar se o candidato é apto ao trabalho;

g) Não administrar o consumo de alcoólicos, em especial a liberdade moral dos candidatos, aprovada livremente pelo Tribunal.

1.º — Verificando-se qualquer vaga de Juiz de 1º categoria, deve ser aberto concurso pelo Presidente do Tribunal, sendo publicado editais pelo prazo de 30 dias no Orgão Oficial do Estado, com convite aos pretendentes a se inscreverem.

2.º — Classificadas os concorrentes, o Tribunal remeterá ao Conselho de Contas a lista dos três de melhores notas, se os mesmos aprovados, e a sua classificação permanecerá válida no prazo improrrogável de dez (10) dias. Se houver mais de uma vaga, será formada de tal número quantas vagas a preencher mais deles.

3.º — As classificações serão válidas pelo prazo de um ano, e prorrogadas as vagas existentes, se candidatos habilitados dentro desse período, a Juiz do Governo, sócio do Conselho de Justiça.

4.º — Realizado o concurso, dentro de três dias serão expedidos pelo Presidente do Tribunal os certificados de classificação dos candidatos aprovados, contando o prazo de validade do concurso da data da expedição dos mesmos certificados.

Art. 102 — O concurso que resultar de provas escritas, oral e prática, será realizado perante uma comissão de três examinadores, um eleito pelo Tribunal, e mais os Examinadores que constituem as suas Comissões. Os dívidas entre os dívidas de juiz de direito, e um advogado de notório saber, Presidente o concerto o Presidente do Tribunal.

5.º — O advogado e o Juiz de Direito que devem serem na banca examinadora, serão sorteados em sessão pública das Camaras Reuniões do Tribunal de Apelação, sendo para tal fim escolhidas duas puntes de Juiz e três de advogados, militantes, e Conselhos do Estado.

Art. 103 — A matéria do concurso será sorteadas das das depois de encerrada a inscrição dos candidatos, pela banca examinadora que por sua vez será organizada cinco dias após o encerramento da prova escrita, versando sobre:

a) Direito Constitucional;

b) Questões teóricas e práticas de Direito Civil, Commercial e Penal;

c) Direito Judiciário;

d) Prática da lei de Processo Civil e Penal;

e) Prática de Juiz;

1.º — O concurso se realizará 30 dias depois do sorteio da matéria para que se verifique se houve fornecimento relatório para prova prática uma hora antes de começar cada prova, que terá a duração de duas horas, e se os candidatos consultarem o Código Civil e Leis não comentadas.

2.º — Cada examinador, inclusive o presidente da comissão, poderá arquivar o candidato pelo prazo de 30 minutos, sobre a matéria sorteadas.

3.º — As classificações das provas admitidas na concorrência serão consideradas eliminatórias, merecendo notas, e quem posteriormente será classificado o candidato que obteve pelos menos uma média de seis pontos.

4.º — Na classificação dos candidatos, em igualdade de condições, será preferido o que houver prestado relevantes serviços no Estado, ou tiver exercido funções de judicialização em Ministério Público.

5.º — O acesso dos Juizes de Direito para o Tribunal de Apelação é de sua categoria anterior em qualquer caso, será feito na proporção de um por cento da classe e que por merecimento, salvo a hipótese do art. 112.

6.º — O acesso ao Tribunal é facultativo. Todavia, o Juiz que o exercer por mais de duas vezes, não poderá ser imunizado da pena de desonra.

7.º — Por antiguidade de classe se entende o tempo exercitado de serviço prestado à magistratura, sem atenção à categoria.

8.º — Os Juizes de Direito não poderão ser removidos, salvo por prazo aciso, remoção a pedido, ou pelo voto de dois terços dos Desembargadores do Tribunal de Apelação, em virtude de interesse público.

Art. 104 — A remoção a pedido só terá lugar quando ocorrer o empate de duas categorias e por pura sorte entre Juizes da mesma categoria.

1.º — É requisito para a remoção a pedido o permuta entre o Juiz pelo menos um ano de efetivo exercido no concorrente da categoria.

2.º — A representação, com a cópia dos documentos, que a instaurarem, será remetida ao Juiz, a quem se fixará o prazo de dez dias.

3.º — Decretada a remoção, será o Juiz transferido para qualquer comarca que estiver vaga ou para a prima vaga, ressalvado o disposto no arts. 104 e 105.

Enquanto não se tornar efetiva a remoção, ficará o Juiz em disponibilidade, com todas as vantagens que a mesma direito.

4.º — No caso de ser removido para categoria de categoria inferior, percorrerá o Juiz vencimentos iguais à sua categoria anterior.

5.º — Se o Juiz recusar a remoção decretada, será declarado em indisponibilidade com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

Art. 105 — O Juiz que estiver em indisponibilidade, quando o seu tempo de serviço for menor que o prazo legal, ressalvado o disposto no art. 104 e 105.

6.º — Quando o Juiz recusar a remoção decretada, terá que exercer o cargo que haja alguma comarca vaga e igual a que exerceu o cargo.

7.º — Os Juizes de Direito prestarão compromissos perante o Presidente do Tribunal de Apelação.

8.º — Quando não o fizerem, dentro de trinta dias da publicação da ordem de nomeação, ficará esta sem efeito se não houver prosseguimento de prazo.

AUTORIA DO ADVOGADO SEVERINO ALVES AYRES

Art. 111 — Os Juizes de Direito devem residir na sede do seu cargo e não se associarem por causa de tempo necessário, salvo que houver indicação contrária, que possa ser seu substituto legal, o exercício do cargo, salvo pena de perda de vencimentos correspondentes aos dias de ausência.

1.º — Um Juiz que se afastar temporariamente por motivo de doença, ferimento, maternidade ou de qualquer outro motivo, deve ser substituído por alguém devidamente de constância feita em processo regular.

Art. 112 — Quando fôr elevara de categoria, constareá no vínculo de Juiz de Direito seu caráter efetivo, este permanecendo na sucessão de seu cargo, permanecendo automaticamente a categoria a que não se pode concorrer.

Art. 113 — Os Juizes de Direito serão substituídos nos seus impedimentos ou faltas ocasionadas pelas supostas regras de não faltar ou impedimento deles, pelo Juiz de Direito de categoria a que não se pode concorrer, ou pelo Juiz de Direito de menor vencimento da sua categoria.

1.º — Nenhum Juiz poderá acumular, se mesmo tempo, mais de uma substituição plena.

2.º — Na comarca ou Capital os Juizes de Direito só podem assumir o cargo de Juiz de Direito legado, ou mantido no caso de ocorrer impedimento, falta considerável ou suspeita de mais de um mês.

3.º — O suplente processará o feito até o despejo, salvo quando o mesmo for de "habeas corpus", fática criminal, ou prevenção.

Art. 114 — Os Juizes de Direito só vithilicem e só perdem o cargo nos casos previstos no art. 24.

1.º — Os Juizes de Direito ficam suspensos das funções:

I — Por efeito de sentença judicial;

II — Quando houver denúncias avulsa;

III — No caso de art. 103, I, 4º;

IV — Quando fôrem em disponibilidade, art. 106, I, 1º;

V — Comparece os Juizes de Direito;

VI — Permaneça em prisão;

VII — Relativamente ao cargo e à capacidade das pessoas, bem como de averbação ou refletido do Registro Civil, (Cód. de Processo Civil, arts. 180, parágrafo único; 265);

VIII — Em que algumas das partes fizerem a ação em defesa de inconveniente da lei ou de ato do poder público, art. 8º;

IX — Entre pais estrangeiros e pessoa dominicada no Exterior;

X — Movimente com fundamento em contrato ou tratado com o Brasil outras com suas respectivas;

XI — Proposta pela União ou contra elas, e se em que a mesma intervenha como assistente ou opONENTE, (Constituição Federal, art. 198, parágrafo único; art. 116, dessa Lei);

XII — Compareça de segurado, ou beneficiário, ou herdeiro, ou sucessor de segurado, salvo em caso de art. 34, II, nº 29; letra b, n.º 15;

XIII — Os executivos fiscais, (Decreto-lei nº 509, de 17 de Dezembro de 1938);

XIV — As justificações exigidas pelo art. 78, do Cód. de Proc. Civil;

XV — Peça de naturalização, (Decreto-Lei Federal nº 388, de 25 de Abril de 1938);

XVI — Processar e julgar, nos crimes de responsabilidade:

a) Os representantes do Ministério Público;

b) Os servidores públicos oficiais de justiça;

c) Os funcionários políticos federais, estaduais e municipais;

XVII — Processar e julgar os eritantes;

XVIII — Declarar o estatuto de falso ou de moeda falsa, e dos administradores e réus das sociedades por quotas;

XIX — De violação dos direitos de patente de invenção, de marca de fábrica e comércio;

XX — Os crimes definidos nos arts. 351, 352, 353, do Cód. Penal;

XXI — De danos em bens de uso público ou pertencentes ao Estado, ou Município;

XXII — De crimes de lesões corporais, de danos e de morte dolosa;

XXIII — Centro a propriedade material, o sentimento religioso, o respeito aos mortos, A família, à ancestralidade familiar, patrício-poder, tutela e curatela;

XXIV — De danos a bens de uso privado, ou pertencentes a terceiros;

XXV — De danos a fábrica e moeda falsa;

XXVI — De crimes de desordem social e moral dos funcionários de justiça da comarca;

XXVII — Executar as atribuições que lhes são conferidas pela Constituição Federal, e Executar as atribuições que lhes são conferidas pelo Decreto-Lei nº 4, de 10 de Novembro de 1937, art. 16, parágrafo único.

II — Executar as funções que lhes são atribuídas pelo Código de Menores e ainda por lei federal de proteção e assistência a menores abandonados.

III — Executar as competências que lhes são conferidas, competência,;

IV — Executar a arbitragem de menores;

V — Inquirir e examinar o estado físico, mental e moral de menores trazidos a julg. e, no mesmo tempo, a situação social, moral e econômica dos pais, tenores ou responsável por sua guarda;

VI — Ordenar as medidas concernentes ao tratamento, educação, guarda-vigilância e educação dos menores abandonados, ou em risco de serem abandonados;

VII — Decretar a suspensão da perda do poder-poder ou a destituição da tutela e nomear tutor;

VIII — Suprir o consentimento dos pais ou tutores, para a casamento de menores ajuizados a sua jurisdição;

IX — Conceder a liberdade condicional de menor de 16 anos ou do menor de 18 anos, quando para a casamento de menor, por evitar a imposição do ou o cumprimento da pena criminal, nos termos do art. 214, I, único do Cód. Civil;

X — Expulsar mandados de buscas e apreensão de menores, e de outros mandados de busca e apreensão de cidadãos;

XI — Proceder a juntada de autos de infração dos Códigos de Menores, das leis portáteis e regulamentos de polícia e proteção dos menores sob sua jurisdição;

XII — Fazer e julgar as ações de soldados de menores;

XIII — Impor as multas establecidas por infrapo das disposições do Código de Menores;

XIV — Conceder fiança nos processos de sua competência, e fiscalizar o trabalho dos menores, por si e seta auxiliares;

XV — Fiscalizar os estabelecimentos de preservação e reeducação, ou qualquer outros sob sua jurisdição ou superintendência, visando a provisões que lhe pareçam necessárias, inclusive de diversas públicas, inclusive as de juventude;

XVI — Qualquer que seja a denuncia que sofre de encarceramento que sofrem cárceis-cantinhos, cárceis-barreiros e congeleiros;

XVII — Proceder a ressarcimento de danos de cidadãos e de propriedade e assistência a menores, embora não sejam abandonados, ressalvados os casos referidos em o. n.º 18º artigo;

XVIII — Matar interinos;

XIX — Não decretar preservação, ni menores abandonados;

XII — Cumprir e fazer cumprir as decisões de execução de menores, aplicando-lhes as penas ou medidas que estabeleçam os juízes e os conselhos tutelares;

XIII — Mandar internar menores abandonados ou estabelecimentos de ensino subordinados pela Estado;

XIV — Informar a respeito da conversão das subvenções e contribuições, pelos estabelecimentos de assistência, e proteção a infâncias e juventude;

XV — Designar um conselheiro para orientar e dirigir a serviço de fiscalização;

XVI — Executar competências de vigilância, voluntários e graus;

XVII — Deferir competências aos funcionários do Juiz do Agrícola de Menores;

XVIII — Executar competências nos mesmos Instituições, ou nos Institutos subordinados a processos judiciais;

XIX — Dedicar os recursos dos ocupantes em que se dire-

